



Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil
Congresso Internacional de Arte/Educadores

INTERSECÇÕES LETAIS E INÉDITOS-VIÁVEIS NOS AMBIENTES DAS DANÇAS DE SALÃO E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

LETHAL INTERSECTIONS AND UNPRECEDENTED-VIABLE IN THE ENVIRONMENTS OF BALLROOM DANCING AND YOUTH AND ADULT EDUCATION

Juliana Fernandez Castro¹

PPGDança UFBA

Marlyson de Figueredo Barbosa²

PPGDança UFBA

Resumo: Este texto reúne reflexões provenientes de duas pesquisas de doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em Dança da UFBA, que analisam o conceito de interseções letais (Collins, 2024) em diferentes ambientes: as danças de salão e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos salões, práticas sutis de poder e violência reforçam hegemonias patriarcais. Na EJA, mulheres têm suas trajetórias escolares atravessadas pela interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade, o que geram singularidades de exclusões e modos de resistências. Reconhecer como operam essas intersecções e como os sujeitos criam “inéditos-viáveis” (Freire, 2011) é função de uma pedagogia da Dança que se reconhece como: contra-hegemônica, ética, política e emancipatória.

Palavras-chave: Ensino da Dança; Intersecção Letal; Patriarcado; Inédito-viável.

Abstract: This text brings together reflections from two doctoral research projects underway in the Graduate Program in Dance at UFBA, which analyze the concept of lethal intersections (Collins, 2024) in different settings: ballroom dancing and Youth and Adult Education (EJA). In ballroom dancing, subtle practices of power and violence reinforce patriarchal hegemonies. In EJA, women's educational trajectories are intertwined with the intersectionality of race, class, gender, and sexuality, generating singular exclusions and modes of resistance. Recognizing how these intersections operate and how subjects create “unprecedented-viable” (Freire, 2011) is the function of a dance pedagogy that recognizes itself as: counter-hegemonic, ethical, political, and emancipatory.

¹Doutoranda em Dança (UFBA), orientanda da Professora Dra. Lenira Peral Rengel; Integrante do grupo de Pesquisa Corponectivos em Danças; Mestre em Dança (UFBA); Especialista em Estudos Contemporâneos em Dança (UFBA); Professora de Dança na rede Municipal de Ensino da cidade de Salvador/BA. <https://lattes.cnpq.br/3701398929411926>

² Doutorando em Dança (PPGDança - UFBA), Mestre em dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Docência em Ensino de Arte pelo Instituto Brasileiro de Formação (IBF). Licenciado em Dança pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <http://lattes.cnpq.br/0797736086284094>

Keywords: Dance Education; Lethal Intersection; Patriarchy; Unprecedented-viable.

INTRODUÇÃO

Este artigo deriva de duas teses em andamento no Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia (PPGDança/UFBA), que se cruzam ao refletirem sobre as formas de opressão e de resistência que atravessam a Dança em diferentes contextos. A primeira pesquisa busca evidenciar o contexto patriarcal que estrutura as relações de poder nos espaços das danças de salão: salas de aula, bailes e competições. Nessas práticas, observa-se que os cavalheiros vêm reproduzindo processos sociais, políticos e didáticos sustentados por tradições machistas que naturalizam a dominação do corpo feminino e reiteram a figura masculina como única detentora da condução, da autoridade docente e do lugar de poder.

As mulheres, nesse cenário, enfrentam cotidianamente a tríade opressora do tradicionalismo machista, da dominação do corpo e das investidas dos patriarcalismos. Como resposta, a pesquisa propõe a adoção de perspectivas feministas interseccionais, mobilizando conceitos como as “intersecções letais” (Collins, 2024), que permitem às damas criar estratégias de resistência, descentralização e reinvenção de suas presenças nas dinâmicas de ensino/aprendizagem, subvertendo as lógicas de superioridade masculina.

A segunda investigação dedica-se a pensar a Dança na Educação de Jovens e Adultos (EJA) como inédito-viável (Freire, 2011), investigando procedimentos didáticos que mobilizem estados emancipatórios e novas leituras de si e do mundo. Um dos debates da pesquisa volta-se ao estudo das mulheres na EJA, reconhecendo as especificidades de suas trajetórias. As histórias de Marlene e Lúcia (nomes fictícios) revelam percursos marcados pela violência estrutural de classe, raça e gênero. É diante dessas e de outras narrativas atravessadas por relações de opressão que a pesquisa propõe a Dança como possibilidade de reconstrução simbólica, criação e expansão de novas espacialidades e significados na relação com o mundo.

INTERSECÇÕES LETAIS NOS AMBIENTES DAS DANÇAS DE SALÃO

Os processos de poder e violência utilizados nos espaços das danças de salão costumam ocorrer de forma velada, com a intenção de exercer total domínio sobre os

corpos das damas. O objetivo dessas ações é estabelecer a dominação sobre o corpo das mulheres, dentro e fora dos recintos de ensino.

Isso implica também que, nos espaços em que se desenvolvem as dinâmicas das danças a dois, sejam adotadas condutas não apenas marcadas por contextos de dominação, mas que também possibilitam investidas de violência física contra as mulheres que frequentam esses ambientes. A partir dessa configuração, a conexão existente entre violência e dominação disseminada nesses recintos torna-se um dos pontos centrais nas proposições didáticas, culturais e sociais dos professores.

Sob esse viés, os cavalheiros utilizam tais artifícios patriarcais com a intenção de manter uma cultura de dominação contra as mulheres, como forma de também marcar seu território. De certo modo, os diversos tipos de segregação existentes entre as figuras feminina e masculina têm gerado formas de violência que, muitas vezes, não são percebidas pelas próprias damas.

Essa conjuntura de poder e violência, presente não apenas nas danças em estudo, mas na sociedade de modo geral, é analisada detalhadamente nos estudos da professora Patrícia Hill Collins, em sua pesquisa sobre Intersecções letais. Collins (2024) explica que o conceito de interseccionalidade evidencia como várias estruturas de poder opressoras atuam de forma articulada, atingindo populações vulnerabilizadas, como pessoas indígenas, pessoas negras, mulheres, entre outras que são marginalizadas.

Desse modo, Collins evidencia como a interseccionalidade se realiza no processo de conexão entre esses poderes:

A interseccionalidade descreve como múltiplos sistemas de poder convergem para catalisar expressões de violência que recaem com mais força sobre grupos específicos – pessoas negras, indígenas, mulheres, jovens, pessoas empobrecidas, imigrantes e pessoas LGBTQ – e menos fortemente sobre outros. A Interseccionalidade se baseia em termos sintéticos para examinar como tais sistemas — por exemplo, de raça e gênero ou classe e nação — estão interligados. Todos esses sistemas se baseiam na violência de algum modo (Collins, 2024, p.5).

Nessa lógica, a interseccionalidade, quando observada nos espaços das danças de salão, direciona condutas de violência contra pessoas negras, o público LGBTQIA+ e mulheres identificadas como feministas. Além disso, cria uma estrutura social, didática e cultural na qual a tríade dominação, violência e capitalismo se contextualiza como instrumento de hierarquização da violência de gênero, presente nos recintos de ensino e aprendizagem.

Há, contudo, uma grande articulação mediada por algumas professoras que, em suas vivências sociais e educacionais, vêm construindo estratégias de resistência contra essa violência interseccional nos espaços das danças a dois. Como mencionado nesta pesquisa, violência e dominação constituem poderes que determinam como devemos agir diante dos corpos que sofrem com os personagens da violência, conforme afirma Collins:

Esse teatro da violência, com atores que se envolvem em ações violentas em cena, e a representação da violência por meio das estruturas sociais nos são explicados pelas ideias que nos circundam. Podemos sofrer violência como indivíduos, mas dar um passo atrás e ver como a violência afeta família, comunidades, bairros, aldeias, cidades e nações pode ser assustador (Collins, 2024, p.9).

A forma como alunas e professoras estão organizando suas lutas tem como base o que Collins (2024) vem desenvolvendo em seus estudos sobre a violência interseccional. Diante dessa conjuntura opressora, um número reduzido de docentes mulheres está desenvolvendo novos caminhos para resistir e conseguir experienciar uma dança fora das investidas das intersecções letais.

Um outro caminho que vem sendo utilizado pelas damas como proposta de enfrentamento e resistência às inúmeras formas de violência interseccional é a criação de fóruns que abordam temáticas relacionadas à resistência ao contexto patriarcal e dominador dos homens. Visto que muitos professores utilizam as aulas para, de maneira dissimulada, destilar condutas, saberes e narrativas machistas contra as mulheres.

As relações construídas entre os gêneros masculino e feminino nos espaços de competição têm como ponto central ações movidas pela disciplina. Normalmente, quando se aborda o contexto disciplinar para esses competidores, os corpos que mais sofrem com a violência são os femininos, pois costumam ser percebidos pelos cavalheiros como frágeis, inferiores e mais propensos à insubordinação disciplinar.

Além disso, corpos masculinos que, porventura, sejam julgados como fora da norma heterossexual e patriarcal (Lerner, 2019) têm uma probabilidade significativa de receber um tipo específico de poder disciplinar nas competições. Habitualmente, esses cavalheiros, por serem considerados fora dos padrões machistas, acabam sendo submetidos às mesmas punições destinadas às damas vistas como desviantes dos padrões comportamentais estabelecidos pela cultura patriarcal.

Nos recintos destinados às práticas dos bailes, as abordagens de poder disciplinar acontecem em harmonia com a estrutura física habitualmente presente nesses eventos. A organização em círculo, com algumas demarcações de territórios dos cavalheiros favorece condutas e investidas dessa violência disfarçada de disciplina. Os corpos femininos e aqueles julgados como fora do padrão são submetidos a formas de vigilância que, muitas vezes, envolvem agressões verbais, psicológicas e físicas.

Os processos de vigilância direcionados aos corpos das damas dentro dos recintos dos bailes, das competições e dos espaços de ensino/aprendizagem submetem as mulheres a condutas que as colocam como incapazes de ocupar o lugar de professoras. Inclusive, esse formato de vigilância é um dos instrumentos nas investidas de dominação das mulheres como serviçais e bolsistas dos professores.

Nesse contexto, a pesquisa traz, como exemplo do contexto de negação do lugar das mulheres na docência das danças de salão, o trabalho da professora Sabrina Rayna Vilar de Queiroz. Ela aponta como as estruturas patriarcais se desdobram dentro dos espaços de sala de aulas na cidade de Campina Grande/PB. Vale destacar que o contexto descrito pela professora Sabrina em sua pesquisa infelizmente é uma prática muito comum em diversas escolas de danças do país.

Em seu estudo, Sabrina Rayana fornece fundamentação sobre a cultura machista, a qual posiciona a figura masculina como a única detentora do saber. Nessas circunstâncias, os cavalheiros criam diversas possibilidades para a manutenção da concepção de que as damas não podem ocupar o cargo de professoras nos ambientes de ensino. A não validação do conhecimento das mulheres pode ser interpretada como uma intersecção letal nesses espaços.

Desafiar, tencionar e resistir às diretrizes patriarcais que os homens vêm utilizando nesses espaços foi uma das alternativas detectadas nos estudos de Queiroz (2023). Nessas pesquisas, as articulações das mulheres tiveram como objetivo central desenvolver uma docência feminista e transgressora que viabilizassem um lugar de igualdade na docência com a figura masculina nos espaços destinados às dinâmicas de ensino e aprendizagem.

É oportuno destacar que as damas que desejam aprender a se tornar professoras são obrigadas a seguir inúmeros critérios baseados no sexismo, na violência de gênero e no machismo. Negar e, sobretudo, deslegitimar o conhecimento das damas como professoras sempre foi uma das principais táticas dessa cultura

masculina que opera fortemente nos ambientes dos bailes, competições e salas de aula.

Uma das táticas de violência mais utilizadas contra as mulheres é aquela que as coloca em situações de constrangimento, medo e violência sexual. Os processos de dominação e poder sobre o corpo feminino, exercidos por homens, são administrados de maneira silenciosa para não despertar nenhum tipo de questionamento por parte das damas. Assim, condutas que promovem a inferiorização da mulher tornaram-se uma das investidas mais comuns nesses espaços.

A realidade de muitas mulheres que chegaram, e ainda estão tentando conquistar, o lugar de professoras nos espaços de ensino e aprendizagem é cruel, dolorosa e violenta. Além disso, persiste o pensamento, por parte de alguns donos de escolas de dança, de que a mulher não tem capacidade de ministrar aulas sem que a figura do professor esteja presente.

Muitas pesquisas sobre a percepção dos cavalheiros em relação ao lugar da mulher como professora buscam o reconhecimento da docência nesses espaços, que operam sob perspectivas patriarcais. Desse modo, a pesquisadora e professora de dança de salão Sabrina Queiroz nos descreve:

Passei pelo constrangimento de ter meu serviço desvalidado pela proprietária do espaço de dança, no qual fiquei à disposição para dar aulas durante a ausência do professor. Contudo, ao ser solicitada para ministrar aula para a turma nova, sou informada de última hora pela proprietária, que seria melhor esperar o retorno do professor, pois o mesmo era mais “conhecido”. Ao ser desqualificada para dar aula, senti o peso do patriarcado, ou seja, de estar em uma condição inferior, apenas por ser mulher. O que se caracteriza também em uma opressão de gênero, reflexo de uma sociedade desigual. Aqui, reflito que a desqualificação do conhecimento e, portanto, o não lugar de fala, haja visto o processo de deslegitimação em dar aula sozinha, se constitui um processo de apagamento da minha potencialidade. Uma vez que, a valorização do saber do professor, entendida a partir de uma lógica de hierarquização de saberes, não considera o meu conhecimento, entendendo-o apenas como um saber monetizado. E por ser dispensável, implica também em um ganho salarial menor, justamente porque não era a figura central. Não dava aula sozinha, era mantida restrita apenas às aulas em que estivesse acompanhada do professor (Queiroz, 2023, p.63).

Nesse relato fica evidente o quanto a professora Sabrina sofre pelo simples fato de ser mulher, em uma dança, em um país e em um contexto mundial que, infelizmente, prioriza desvalorizar o potencial político, cultural e intelectual das mulheres em diversas esferas da sociedade. Normalmente, essas ações de enquadramento patriarcal acontecem de maneira silenciosa, concretizando uma das investidas das chamadas intersecções letais, muito desenvolvidas não apenas nas

danças em estudo, mas em diversos outros espaços que vêm disseminando formas de apagar qualquer saber oriundo da figura feminina.

Os formatos de violência de gênero, dominação e poder das intersecções letais têm como aliado o contexto capitalista, que opera com o objetivo de manter o corpo feminino como instrumento de consumo, exploração e servidão ao gênero masculino.

Desse modo, as investidas de caráter machista têm se desdobrado como mecanismos que, além de oprimir a figura feminina, fortalecem a perpetuação de ações de diversos tipos de violência contra as mulheres. Como mencionado nesta pesquisa, no contexto das intersecções letais, a violência de gênero é a mais recorrente, não apenas nas danças de salão, mas na sociedade em geral. Uma das principais manifestações dessa violência nas danças de salão é o não reconhecimento das damas como pessoas dignas de valorização social, profissional e, sobretudo, intelectual.

A Dança Inédita-Viável: Entre intersecções, resistência e libertação na EJA

Ali, a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. [...] Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual). (GONZALEZ, 2020, p. 217).

Algumas chegam como quem carrega o peso de muitos dias em claro. Trazem nos passos a travessia de ruas escuras, campos abertos, becos estreitos, ônibus lotados. As mãos, os pés, o desejo da janta denunciam a lida do dia. São passageiras da noite, como no livro de Miguel Arroyo (2017). Durante a noite, é possível sentir a ausência de direitos como se fossem privilégios de outras, distantes, inacessíveis. Uma ausência que insiste em dizer a muitas que não pertencem ao mundo dos “humanos”, mas à categoria de “sub-humanos” (Souza, 2018). Categoria de rebaixamento histórico e simbólico, herdado da escravidão, que impede determinados grupos, sobretudo mulheres negras, de serem reconhecidas como plenamente humanas. Uma lógica escravocrata que insiste em se reinventar e continuar reduzindo pessoas à condição de coisas úteis, destituídas de direitos e dignidade.

Ao pensarmos o ensino/aprendizagem da Dança na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é importante reconhecer que os ambientes educacionais não estão isolados das estruturas sociais que os atravessam. Assim como nos salões de dança, onde muitas vezes se reproduzem dinâmicas de dominação e violência,

especialmente sobre corposmulheres, o espaço da EJA também carrega tensões semelhantes, ainda que por caminhos distintos. As “intersecções letais” (Collins, 2024), que operam nos salões por meio de condutas machistas e patriarcais que perpetuam a invisibilização, o controle e a submissão das mulheres, encontram ecos sutis, mas potentes, nos corredores da escola pública, sobretudo à noite, quando a EJA acontece.

As trajetórias das mulheres da EJA não podem ser analisadas fora das intersecções letais de classe, raça, gênero e violência. Mulheres que tiveram seus percursos escolares interrompidos por razões que não podem ser compreendidas fora desses marcadores: gravidez precoce, responsabilidade exclusiva pelo cuidado de filhos, trabalho doméstico, violência doméstica, casamentos forçados ou precoces e a deslegitimação social de seus desejos de ir à escola. Quando conseguem retornar à escola por meio da EJA, trazem consigo não apenas o desejo de reconstruir sua trajetória educacional, mas também as marcas de silenciamentos, negações e lutas invisibilizadas.

O uso das intersecções letais é entendido aqui como uma categoria analítica para perceber, reconhecer, chegar perto das lutas dessas mulheres da EJA. Como metáfora de morte, as intersecções letais movidas pelo dispositivo da violência, não só matam de morte matada as mulheres, mas como morte simbólica que destrói sonhos, humanidades, direitos, existências. Não se pode pensar em processos educacionais com as mulheres negras sem reconhecer como essas opressões se entrelaçam e condicionam suas possibilidades de existir no mundo.

Dona Marlene tem 58 anos. Acorda todos os dias às 4h30 da manhã. Mora na periferia da cidade de Salvador e trabalha como diarista em três casas diferentes, em bairros distantes uns dos outros. Cuida de famílias inteiras, limpa casas, faz comida, cria filhos dos outros, enquanto os seus crescem sozinhos, passeia com os cachorros. Aos 12 anos, foi levada como “agregada” para morar em uma casa e ficou por 20 anos trabalhando sem contrato, sem férias, sem direitos. Passou por situações de humilhação que aprendeu a lidar, porque precisava “manter o serviço para ajudar a família”. Hoje, mesmo cansada, quando chega à escola diz que estudar sempre foi um desejo antigo.

Lúcia tem 26 anos. Seu dia começa quando o sol ainda nem despontou. Sai com o carrinho pelas ruas da cidade em busca de materiais recicláveis. Papelão, plástico, alumínio. O que puder juntar. Usa luvas que ela mesma costurou. Mãe solo

de duas crianças pequenas, nunca conseguiu um emprego fixo. À noite, chega para estudar na EJA com os ombros marcados pelo peso do carrinho e os olhos atentos.

Marlene e Lúcia se conheceram na sala da EJA. Sentam perto, dividem um pouco das suas histórias, o café, as tarefas da escola. Uma ensinou a outra a fazer conta. A outra ajuda a amiga a mexer no celular para acessar as pesquisas passadas pelo professor de história. Riem das dificuldades, se emocionam com as palavras novas que aprendem juntas. Mas carregam também o cansaço das jornadas que parecem nunca acabar. Marlene, com dores no joelho que já não aguentam mais tantos andares de escada. Lúcia, com a incerteza do que vai conseguir juntar amanhã para sustentar os filhos.

A Dança, quando chega à sala, é recebida primeiro com desconfiança. “Eu? Dançar?” (riu Dona Marlene, no início). Mas aos poucos, os movimentos vão abrindo memórias, sensações, potências. Lúcia começa a notar com o corpo que aprendeu a resistir e a se equilibrar, mesmo em cima de um carrinho lotado. Marlene descobre que há leveza nos seus braços, mesmo depois de tanto esfregar chão. O corpoMarlene e o corpoLúcia, não são recipientes “vazios” esperando conteúdo; são “corpospessoas” (Rengel et. al, 2017). E a Dança, nesse terreno, não é sobre ensinar movimentos prontos, mas sobre abrir caminhos para que elas mesmas descubram o que seus sistemas corporeamente já sabem.

A dança, então, não acontece apesar de suas vidas precárias, mas a partir delas. É no corpo cansado, no passo hesitante, no olhar que duvida mas permanece, que a Dança, enquanto outra forma de conhecimento, se instala como possibilidade. Possibilidade de escuta, de pausa, de respiro, de gesto, de criação. A Dança “inédita-viável” (Freire, 1996) convoca a responsabilidade ética e urgente de ocupação desse espaço da EJA, na tentativa de construir processos ainda não vividos, mas que existem como possibilidade. Inédito-viável é palavração, práxis que carrega ética, desejo e futuro. Da mesma maneira, que se caracteriza como o ‘ainda-não’, o futuro a se construir, a futuridade a ser criada. Um projeto coletivo que nos convoca à denúncia das situações de opressão e anúncio de novas realidades.

A Dança na EJA deve atuar como forma de reintegração simbólica. Pela experiência com as danças, essas mulheres reconstroem espacialidades. Elas passam a ocupar o espaço não como funcionárias invisíveis do mundo, mas como criadoras de sentidos, de estéticas, de vínculos. Nos estudos com Dança, ou sobre danças, o espaço da sala pode ser ressignificado como um espaço de pertencimento.

A Dança inédita-viável, nesse contexto, é aquela que não se submete ao espetáculo da produtividade, mas que se engaja na criação de vínculos, nas lutas coletivas com suas singularidades, na reconstrução de dignidade e de leituras de mundos possíveis. Uma Dança que se ensina/aprende na reciprocidade do encontro. Uma Dança que se entende como “ação cognitiva do corpo, isto é, a Dança como um modo de conhecer a nós mesmos, à própria dança e ao mundo em que vivemos” (Rengel, et al, 2017, p. 5). Na EJA, o corpo que dança é o corpo que sobreviveu. Que chegou ali atravessando violências, silenciamentos. A dança que interessa aqui é a dança da travessia, da resistência, do recomeço.

Trabalhar com Dança na EJA também nos obriga a olhar para o tempo. O tempo escolar, o tempo no corpo, o tempo da vida. Não é possível aplicar sobre esses corpos um cronograma inflexível, um plano de aula baseado em objetivos fechados e conteúdos predeterminados. O que se propõe é um tempo outro. Um tempo de processo, de respeito, de cuidado, de emergências e insurgências. Um tempo que acolha o dia em que Dona Marlene chega com dor no joelho e apenas observa. Um tempo que permita que Lúcia um dia só queira escutar a música. E talvez, entre uma roda de conversa, uma apreciação estética ou uma improvisação guiada, algo se revele: um gesto que antes parecia pequeno agora carrega mundo; uma pausa que antes era vista como falha agora se reconhece como potência; um corpo que antes se achava invisível, se inscreve no espaço com presença.

Na EJA, ensinar/aprender com o movimento é um ato de amor radical. Não o amor romântico, mas o amor que, como nos ensina bell hooks (2020), se expressa como ação ética de (auto)cuidado, compromisso com a dignidade e desejo de transformação. Um amor que reconhece: toda mulher que atravessa a noite para estudar já dança, mesmo antes de entrar na sala. Dança quando organiza o tempo entre o trabalho e os filhos, quando desafia o cansaço para ocupar um espaço que, historicamente, lhe foi negado. Dança quando insiste na educação escolar, mesmo sendo chamada de “velha demais”, “deslocada” ou “analfabeta”.

Esse amor radical pode se traduzir em uma escuta que não espera por fala autorizada, mas reconhece que “Dança é relação, é ação, por meio de um conjunto de elementos que se comunicam” (Regel, et.al, 2017, p. 11). Uma escuta que não ensina a dançar no sentido de aplicar um modelo, mas que se deixa afetar pelo que ali emerge, como possibilidade de criação. Nesse chão da EJA, a dança não é

ornamento e nem recreação. Ela é política do corpo que resiste, reconfigura e se reinventa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas investigações evidenciam que, embora situadas em contextos distintos, a Dança de Salão e a Dança na Educação de Jovens e Adultos apontam para os corposmulheres como território de opressões históricas e de resistências cotidianas. Se, de um lado, as tradições machistas naturalizam hierarquias e sustentam a dominação masculina, de outro, as trajetórias de mulheres da EJA revelam exclusões persistentes, marcadas pelo racismo, pelo patriarcado e pela exploração capitalista. No entanto, tanto nas salas de aula e bailes quanto nos ambientes escolares, a Dança se afirma como produção de conhecimento, gesto político e possibilidade de emancipação. Ao mobilizar perspectivas feministas interseccionais, essas pesquisas reforçam que dançar e ensinar Dança é um ato de insurgência ético-estética, capaz de subverter lógicas de poder e abrir caminhos para a invenção de novas narrativas de si e do mundo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gonzales, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano afro-latino-americano, p. 158-170. São Paulo, Zahar, 2020 [1995].

hooks, bell. Rudo sobre o amor: novas perspectivas; tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020.

LEIDA, J. C. Machismo estrutural: passos para tirá-lo de você. E-book. Versão 1.0. 2020.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

QUEIROZ, Sabrina Rayna Vilar de. Qual o lugar das mulheres na docência? Um estudo sobre a presença das professoras de dança de salão em Campina Grande. 2023. Dissertação (Mestrado em Dança) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2023.

RENGEL, Lenira Peral; OLIVEIRA, Eduardo; GONÇALVES, Camila Correia Santos; LUCENA, Aline; SANTOS, Jádriel Ferreira dos. Elementos do movimento na Dança. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2017. 102 p. ISBN 978-85-8292-119-7.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. 3. ed. ampliada, com nova introdução. São Paulo: Contracorrente, 2018.